



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 18

Aos catorze dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e noventa e quatro, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, em reunião extraordinária para tratar um ponto específico da ordem de trabalhos: IMPACTO AMBIENTAL DO ATERRO SANITÁRIO PREVISTO PARA O CONCELHO DE VAGOS, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais António de Sousa Dinis Correia e João Gabriel Ferreira Santos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Ermelinda Clara Ribeiro Costa, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Lourenço Martins dos Santos, João Ferreira da Peixinha, Libério da Silva Santos e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21,00 Horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Élio Manuel Delgado da Maia, João Pedro Simões Dias, Victor Manuel da Silva Martins e Joaquim António Calheiros da Silveira

Imediatamente a seguir passou-se a apreciar o ponto agendado para esta reunião:

IMPACTO AMBIENTAL DO ATERRO SANITÁRIO PREVISTO PARA O CONCELHO DE VAGOS

Aberta a discussão usou da palavra o representante do Ministério do Ambiente, Eng^o Marques Ré, que começou por dizer que actualmente produzem-se no país uma quantidade de resíduos perigosos da ordem de 1,4 milhões de toneladas/ano, estimando-se a médio prazo que estes valores atinjam os 2,2 milhões de toneladas/ano. Destes resíduos perigosos 34% são produzidos pela indústria extractiva e 31% pela indústria transformadora; 6% pelo Comércio e Serviços e 29% pela produção de electricidade. Disse presumir também que uma parte destes resíduos, face aos estudos desenvolvidos irão ser tratados por incineração. Actualmente estão previstas 37 mil toneladas/ano para incinerar e a outra parte a parte restante, será qualquer coisa como 120 mil toneladas/ano e eventualmente mais 130 mil toneladas/ano, referentes aos resíduos produzidos na zona de Estarreja, nomeadamente lamas provenientes dos sistemas industriais existentes naquela zona, estando previstas como soluções fundamentais, sistemas de incineração e tratamento físico químico destes resíduos industriais perigosos e um sistema de aterro sanitário.

Referindo-se aos critérios genéricos que estiveram na origem da selecção dos locais, tanto para as Estações de Tratamento e Incineração e Tratamento Físico Químico, bem como para o tratamento dos resíduos através de aterro sanitário, que os mesmos assentaram em primeiro lugar em critérios de macro-localização ligados à distribuição geográfica dos quantitativos de

resíduos a tratar e em segundo lugar em critérios de selecção e avaliação de locais que atendessem aos factores geralmente reconhecidos como determinantes da localização.

Assim para a unidade de Incineração e Tratamento Físico-Químico, começou-se por escrutinar dentro das macro-zonas seleccionadas as áreas classificadas como de desenvolvimento industrial pelos PDM's, tendo-se depois retido dentro dessas áreas, locais obedecendo a critérios de distância a habitações isoladas e aglomerados populacionais, acessos, enquadramento industrial e infraestruturas, de factores físicos e de factores ambientais. Salientou também que uma unidade industrial deste tipo só pode ser utilizada numa zona industrial efectivamente denominada como tal.

Prosseguindo e referindo-se aos aterros controlados, disse que se procuraram locais em zonas com aptidão dos pontos de vista geolitológico e demográfico, tendo-se em conta na sua selecção critérios de distância a habitações isoladas e aglomerados populacionais, de acessos, de volumetria disponível, tectónica e sismicidade, de factores físicos e de factores ambientais, sendo portanto estes os critérios gerais que presidiram à definição dos locais para a instalação destas unidades que compõem o sistema fundamental para o tratamento dos resíduos industriais perigosos.

Acrescentou que, com base nesses critérios estabeleceu-se um determinado número de locais e desses locais foram definidos essencialmente doze. Todavia, posteriormente e face a determinadas ofertas o número inicial de locais para tratamento dos resíduos por aterro sanitário, alargou-se para dezasseis.

Assim e consoante as situações definiram-se depois locais que em princípio são considerados tecnicamente os locais mais importantes. Para a Incineração e Tratamento Físico-Químico, definiram-se onze critérios, três dos quais considerados com o peso máximo; cinco com o peso médio e três com um peso mínimo.

Destes critérios, os que obtiveram a nota máxima foram o isolamento e a susceptibilidade da zona à poluição hídrica. Dos cinco médios, foram a existência de infraestruturas, a qualidade das águas, a qualidade do ar, os acessos e a ecologia. Dos chamados três critérios de peso mínimo, estiveram a hidrologia, a paisagem e o enquadramento industrial. Soma portanto tudo onze critérios que estiveram em apreciação para a definição dos locais restritos para o sistema de incineração e tratamento Físico-Químico.

Para os aterros sanitários são definidos doze critérios: cinco considerados de peso máximo e destes cinco, a geolitoologia, a tectónica, a hidrogeologia, a ecologia e o isolamento; seis médios: volumetria disponível, acessos e sismicidade, hidrologia, capacidade do solo e ordenamento territorial. O critério mínimo foi a fisiografia.

A finalizar, referiu que com base nestes critérios chegou-se à lista restrita, na qual se aponta como localização para o chamado aterro da zona norte, dois locais, que foram considerados tecnicamente mais propícios à instalação deste sistema, Cardal, no concelho de Vagos e Midões no concelho de Gondomar. Existindo na zona sul igualmente mais dois locais.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais João Barbosa, Olinto Ravara e Gonçalo Caetano Alves.

Usou seguidamente da palavra o Sr. Prof. Antunes Pereira, em representação do Departamento de Ambiente da Universidade de Aveiro, começando por referir que participou ainda há bem pouco tempo num debate na Câmara Municipal de Vagos, sobre este assunto, o qual, segundo este técnico, infelizmente não foi muito produtivo em questões de esclarecimento das pessoas. Considerou que foi um debate bastante emocional, desordenado, não dando de modo algum oportunidade às pessoas presentes para exprimirem de uma maneira completa uma linha de raciocínio concreta. Assim, disse esperar poder hoje aqui expôr um raciocínio que seja perceptível e que permita esclarecer muitas dúvidas sobre esta matéria.

Abordando seguidamente o tema em questão, disse que foram mencionados pelo Sr. Engº Marques Ré, uma série de critérios que serviram de base a uma escolha primária de locais para aterro. Salientou que se tratam de critérios qualitativos e que nenhum desses critérios pode ser tomado como critério de admissão de um determinado local, ou seja foi uma primeira fase de um estudo pela qual foi necessário passar, são portanto critérios qualitativos e que não conduzem à solução do problema. A solução do problema está a ser organizada agora, estão a ser feitos os estudos da fase seguinte àquela que foi explicada pelo Sr. Engº Marques Ré, ou seja são os estudos de impacto ambiental que vão ter em conta toda uma série de pormenores que seria demasiadamente longo estar aqui a expôr e que portanto aquilo que interessará às pessoas é o resultado desses estudos que irão definir concretamente se para cada um desses locais pode ou não ser implantado um aterro sanitário. Em suma, considerou que neste momento seria demasiado prematuro estar-se a

entrar em pormenores detalhados, principalmente pormenores de ordem técnica, precisamente porque todos esses estudos estão a ser feitos. Há grupos dentro das Universidades, que são especialistas e que estão a fazer esses estudos com base em informação que já existe na própria Universidade de Aveiro e na Universidade Nova e com base em informações qualitativas que estão a ser recolhidas no próprio campo. Acrescentou que como elemento responsável por algum desses estudos pode garantir que os estudos finais que irão ser apresentados serão bastante claros, concretos, concisos e bastante elucidativos, em relação à possibilidade ou não dos locais que estão em jogo serem ou não admissíveis para aterro sanitário de resíduos tóxicos e perigosos.

Prosseguindo, salientou que, qualquer empreendimento que se faça no ambiente é sempre acompanhado de um determinado grau de risco, em relação a uma situação de base e em relação a uma situação de referência. Portanto não nos podemos admirar e não passará pela cabeça de ninguém que construir um aterro sanitário, seja no Cardal, seja em Midões, seja noutra parte qualquer do país, constitui sempre um risco para a saúde pública e para o ambiente. Referiu que o problema não está em saber se é um risco, mas sim em quantificar esse risco e saber se esse risco é ou não passível de ocorrer e se há ou não vantagem em correr-se esse risco.

Continuando no uso da palavra, disse que há quatro aspectos relevantes de um aterro sanitário que constam da legislação Europeia sobre esta matéria, que regulamenta empreendimentos de saneamento básico como este que estamos a tratar. O primeiro factor é o critério de admissibilidade de um aterro, ficando estabelecido logo desde o início da implantação do aterro, da sua construção e concepção, bem como do seu planeamento, que tipo de resíduos é que podem ser admitidos a esse aterro; o resíduo passa por uma série de análises que definem se esse resíduo pode ou não ser depositado naquele solo em determinadas condições, portanto o critério de admissibilidade dos resíduos a um local de aterro, é um dos mais importantes, isto porque não é qualquer resíduo que vai para um aterro, só determinadas classes de resíduos que são sujeitas a uma análise físico química prévia antes da deposição é que poderão constituir o aterro. O segundo aspecto prende-se com a exploração do aterro ou seja a operação e toda a condução do processo de aterro. A exploração do aterro comporta em si cinco questões muito importantes: a primeira é que a lei exige que tecnicamente um aterro tem que ser impermeabilizado (aterro de resíduos tóxicos e perigosos), existem normas

técnicas para a impermeabilização, podendo também essa impermeabilização ser natural se o terreno o permitir, pode ser artificial, técnica ou provocada ou induzida se as condições naturais do terreno não o permitirem. Para além do terreno ser impermeável, tanto no fundo e nos lados, há outra questão importante, é o controlo dos leixivos ou seja da purga líquida que abandona o aterro por efeito das águas pluviais, ou seja para além da impermeabilização, as águas da chuva e as escorrências são retiráveis deliberadamente por meios técnicos apropriados, concentradas num poço e são retiradas continuamente por bombagem para o exterior e tratadas fora do aterro por uma unidade de tratamento especial ou dentro do aterro numa subunidade ou num módulo próprio para o efeito para eliminar o seu grau de perigosidade. Estes leixivos são a grande preocupação das pessoas e o que causa quase sempre o risco maior de um aterro sanitário, pois podem causar a contaminação dos lençóis freáticos.

Relativamente aos gases que se libertam do aterro, que não será o caso presente, uma vez que são resíduos de natureza essencialmente inorgânica e por isso não constituirá um risco muito grande. De qualquer modo o controlo dos gases está tecnicamente previsto. Estão também previstos à volta do aterro uma série de furos, donde periodicamente são recolhidas águas de superfície e águas subterrâneas para análise, com vista a dar o alarme prévio sobre eventuais deficiências na impermeabilização do aterro.

Outro aspecto que se prende com a exploração, é o pagamento de uma garantia financeira ou de uma caução. Referiu que se for implementada a lei cada operador do aterro é obrigado a depositar uma garantia bancária para fazer face a acidentes que eventualmente ocorram durante o período de exploração, ou seja garante-se à partida que, se houver um acidente, existem fundos monetários para reparar o acidente.

Outro aspecto importante é o encerramento ou fecho do aterro, uma vez acabado o aterro, deve ser o mesmo selado, ou seja transpôr para a parte superior a impermeabilização que se fez no fundo. Esta selagem tem como função evitar a saída de gases descontrolados para a atmosfera e ainda evitar a entrada de água para o aterro. O topo do aterro para além de ser selado tem que ser revegetado, ou seja tem que levar uma camada de solo arável onde depois é plantada vegetação, havendo para além disto um arranjo paisagístico de modo a integrar o aterro na paisagem local.

Finalmente um último aspecto relaciona-se com a manutenção do aterro após a sua selagem, havendo um espaço de tempo que varia entre os dez e os trinta anos, em que é feito o controlo das águas superficiais e subterrâneas de modo a detectar fugas e contaminação do subsolo e imediatamente lançar o alarme, no sentido de fazer intervir os planos de emergência que também já foram previstos desde início.

Referiu ainda que no pós encerramento do aterro, há uma verba paga pelo do operador do mesmo que constitui um fundo de manutenção e que se destina a cobrir acções de responsabilidade civil.

A finalizar, referiu que hoje em dia um aterro é uma operação segura, constitui sem dúvida um risco que se pode minimizar utilizando os mais avançados conhecimentos técnicos sobre a matéria. Em suma salientou que um aterro construído de acordo com as normas e com a legislação em vigor é um aterro de risco mínimo.

Usou seguidamente da palavra o representante da Quercus, Eng^o Paulo Domingues, que começou por esclarecer que a Quercus não é essencialmente uma associação de técnicos, mas sim uma associação de cidadãos que independentemente da sua formação, dos seus conhecimentos e das suas actividades procuram saber o que é que poderão fazer como cidadãos. Todavia salientou que não têm nenhuma formação específica, para ajudar a resolver alguns dos problemas graves que o nosso planeta enfrenta, um dos quais está hoje aqui em discussão. Esclareceu que o papel da Quercus não é tanto contribuir do ponto de vista técnico já que esse problema terá que caber essencialmente aos técnicos, mas sim investigar o que é que nós como cidadãos poderíamos fazer para evitar que esse problema dos resíduos acontecesse e isto em sua opinião tem muito mais a ver com questionar hábitos de consumo, métodos de organização da sociedade; coisas como talvez andar mais de bicicleta e menos de carro, comprar mais produtos que venham de sítios distantes, menos que venham de sítios perto etc, enfim todas essas situações que têm a ver com a maneira como a nossa sociedade hoje em dia está organizada e que de facto acabará por resultar em problemas que uma vez perante eles ficamos um tanto desorientados porque não sabemos abordá-los e a forma como de uma maneira geral as pessoas têm vindo a reagir a esta questão da escolha dos locais para os aterros sanitários é um pouco a demonstração disso, ou seja, só quando o problema se põe é que as pessoas caem em si e então interrogam-se sobre se é de facto isto a sociedade que

temos vindo a criar. Referiu que estas são de facto as questões que a Quercus está mais preparada para abordar e não tanto questionar as opções técnicas que se colocam. Disse pensar também que são exactamente estas ocasiões de tensão que poderiam ser utilizadas de forma produtiva para questionar esses pressupostos fundamentais em que assenta a nossa civilização industrial.

Uma vez que o problema se coloca e uma vez que tenha que se escolher um local para armazenar determinados resíduos a Quercus pensa que há algumas questões que devem ser colocadas: primeiro garantia de que são implementados programas tendentes a minimizar os efluentes quer por aumento da eficiência, quer ainda pela substituição; ou seja devemos usar formas de pressão que de facto levem as entidades que têm algum poder sobre isso a que, mesmo a custos maiores se utilizem as tecnologias disponíveis para minimizar os efluentes; segundo: garantia de que a fiscalização vai ser reforçada no sentido de evitar que os resíduos continuem a ser inadvertidamente depositados; terceiro: externalização dos custos, fazer a produção de resíduos pagar custos de investigação, bem como outros custos associados à instalação de equipamentos de tratamento e aterro. Em suma, considerou que deverá ser a produção de bens que geram resíduos, que deverá pagar a investigação que no futuro permita produzir eventualmente os mesmos bens ou outros de substituição com menos poluição, pois só assim é que poderemos garantir que futuramente todos os depósitos de resíduos industriais não estejam superlotados e não saibamos o que fazer com esses mesmos resíduos.

A finalizar, colocou duas questões que a Quercus considera de relevante importância:

1 - Genericamente, do conjunto de efeitos negativos de um aterro controlado, em condições normais de operação, não são em princípio de esperar efeitos notórios sobre os ecossistemas circundantes. Como é geralmente reconhecido, é de grande importância a manutenção da estanquicidade do aterro, por haver a possibilidade de deterioração da qualidade da água nos aquíferos adjacentes, com consequências essencialmente no domínio da saúde pública. Deverá por isso ser dada especial atenção na elaboração e apreciação do projecto aos factores que garantam a "total" impermeabilização, bem como aos aspectos ligados à: capacidade de retenção e processamento de águas pluviais e de lixiviação; condições de

operação e encerramento do aterro; isolamento das células; monitorização das condições do aterro e do espaço confinante.

2 - No caso particular do Cardal chamou-nos a atenção o facto de a volumetria disponível, 180 000 m³, ser praticamente saturada no 1º ano com 177 010 m³ (segundo dados 'Tecninveste'), sendo portanto de imediato necessário proceder à expansão prevista (para onde? são iguais as condições?). O volume total após expansão, 1000 000 m³, seria repleto em apenas 6 anos, conforme a mesma fonte. Será este horizonte de projecto adequado?

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Raul Martins.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Neto Brandão perguntou ao Sr. Presidente da Mesa se haveria possibilidade dos membros do público presente poderem de alguma forma também expressarem as suas dúvidas.

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Mesa esclareceu que de acordo com o Regimento deste órgão, as reuniões da Assembleia Municipal têm um funcionamento que é restrito aos deputados que a compõem e portanto o público pode estar presente pode assistir, porém não pode participar senão em situações excepcionais previstas no próprio Regimento.

Usando novamente da palavra o Vogal Neto Brandão, disse não poder deixar de manifestar a sua estranheza pelos critérios que presidiu à atribuição dos locais para a escolha do aterro. Considerou que se um aterro comporta a existência de um risco, tem que se analisar a problemática da socialização desse risco, ou seja, quem deve suportar o risco desse aterro. Por outro lado, referiu que há um princípio que lhe parece basilar e que pelos vistos não figurou alguma vez em algum critério nomeadamente o de que, quem auferir os benefícios da produção industrial, quem de alguma forma usufrui do desenvolvimento da indústria e das entidades que produzem os resíduos industriais, deve também em sua opinião suportar os encargos decorrentes desse benefício. Nesta linha de pensamento, levantou a seguinte questão: a que título é que um local como o Cardal que de desenvolvimento industrial não tem nada seja agora obrigado a suportar a produção de resíduos industriais de cuja indústria jamais a população do Cardal beneficiou?

A finalizar, salientou que para si não tem qualquer significado a alegada vantagem da existência de uma caução para riscos, já que o risco neste tipo de empreendimentos não é um risco de natureza patrimonial e a saúde ou a doença não é algo que se possa quantificar em termos monetários.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Lourenço Santos, começou por dizer que depois de ter lido alguns estudos no âmbito desta matéria, publicados pela "Tecninveste", estudos esses solicitados pelo Ministério do Ambiente e que presume serem os únicos estudos disponíveis para o público no momento e que após a sua leitura ficou com as mesmas dúvidas que já tinha antes de ouvir o Sr. Engº Marques Ré, o qual aliás explanou muito bem alguns dos pontos desses estudos, porém não ficou grandemente esclarecido pelo menos em termos daquilo que a todos preocupa e que é o impacto ambiental.

Considerou também que o sr. Prof. Antunes Pereira com os seus esclarecimentos, acabou por pintar um quadro demasiado bonito para poder acreditar nele.

Fazendo de seguida uma análise sumária aos estudos da Técninveste, disse que no estudo 1542 de Maio de 1994, diz-se na página treze, qualquer coisa como isto: a análise mais fina, (referindo-se a dados de base utilizados na parte de cartografia) foi efectuada à escala 1/25000 em carta militar dos Serviços cartográficos do Exército e através de fotogramas aéreos dos locais pré-seleccionados. Curiosamente a páginas vinte e um do mesmo estudo, diz-se assim: como já se tinha verificado no estudo anterior a consulta de cartografia à escala 1/25000, revelou-se infrutífera devido à sua desactualização, tendo-se por conseguinte realizado unicamente o reconhecimento de campo às explorações a céu aberto identificadas na fase da macro-demarcação.

Segundo este Vogal, é voz corrente de que o estudo feito pelo Ministério do Ambiente, foi o de andar de avião à procura de buracos e onde estava um buraco aí estava um local óptimo para aterro.

Em segundo lugar, em relação à exploração do aterro, é um facto que qualquer aterro tem que ser impermeabilizado, se fosse tão fácil impermeabilizá-lo, como à partida se deduz pelas exposições que têm sido feitas e pelos estudos apresentados até agora, parece que então poderíamos perfeitamente fazer este tipo de aterro sanitário como outro qualquer no Terreiro do Paço ou na Praça do Comércio ou ainda junto à residência de um qualquer Ministro, já que não tem problema absolutamente nenhum e porque o risco é mínimo, podendo ser controlado em qualquer momento, sendo portanto isso que parece pelo menos por aqueles panfletos enviados pelo Ministério do Ambiente. Se calhar, as populações de Nariz, Fontão, Verba, Palhaça, Bustos, Mamarrosa,

Troviscal, Sousa, Ouca, Vagos e Salgueiro não dirão a mesma coisa, não vêm as coisas tão simples - é que o Governo faz os estudos mas quem leva com o lixo são eles!

Prosseguindo, referiu que também não está muito bem definido qual o tipo de transporte a utilizar e porque estradas vão passar as toneladas de lixo altamente perigoso a uma cadência de quatro camiões/hora.

Destacou ainda que não há experiência de aterros em Portugal, logo não há operadores especializados nesta área.

Finalmente chamou atenção de que o Cardal fica apenas a oitocentos metros da reserva de água do Vale das Maias, e que por isso tem que haver o máximo de cuidado com a impermeabilização, referindo que não sabe se foram feitos estudos sérios nesta matéria, uma vez que é a vida das populações que estão à volta do aterro que está em jogo e não a vida dos Srs Ministros que estão em Lisboa.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Jorge Nascimento, quis saber se há ou não tratamentos mais modernos a dar ao aterro e com menos impacto negativo no ambiente e nas populações, que sejam alternativos embora mais caros;

Relativamente à incineração de resíduos tóxicos e tendo em conta que venha a ser implantada uma incineradora numa das zonas limites do lado sul de Estarreja e sabendo-se que os ventos predominantes são do norte, quis saber se essa incineradora liberta ou não dioxinas, furanos, gases ácidos e poeiras altamente perigosas, bem como se tais substâncias são inócuas ou se trazem alguma perigosidade em termos de saúde pública e quais as doenças que podem provocar;

Perguntou também se mesmo com os tratamentos por que passam esses gases antes de serem expelidos na atmosfera, mesmo assim não vêm afectar a saúde pública.

Quis saber também se existe alguma experiência histórica positiva ou negativa, nos países que têm em funcionamento este tipo de incineradoras.

Finalmente e no que diz respeito concretamente aos aterros, quis saber quais as consequências que resultarão para a saúde pública se houver uma rotura na impermeabilização do aterro e os lixiviáveis penetrarem nas camadas freáticas.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal António Salavessa, começou por dizer que o seu partido defende que as unidades do sistema de

tratamento de resíduos industriais quer nos aterros quer nas incineradoras não devem ser empurradas para locais cujas populações não produzem esse tipo de materiais. Assim, considerou que isto só por si exclui logo à partida o local que hoje estamos aqui a discutir. Saliou porém que tal não significa que estejam contra o sistema que é proposto, muito pelo contrário, também afirmam que o problema da produção de resíduos industriais é um problema sério, grave e necessita de solução e não acreditam que sejam soluções idealistas do género de que é preciso acabar com a produção de resíduos perigosos na origem, que vai resolver o problema, seja pelas crescentes exigências do mundo moderno, algumas das quais perfeitamente legítimas porque tem a ver com o bem estar das populações, seja pela lógica terrível da procura do máximo de lucro, não será nos tempos mais próximos que os detritos deixarão de ser produzidos porventura em maior quantidade do que estão a ser produzidos actualmente.

Assim, como qualquer sistema de tratamento e destino final dos resíduos industriais é necessário e se lhe provassem que a melhor solução para o seu tratamento era à porta de sua casa e que não existia nenhuma outra solução melhor, disse que estaria certamente de acordo embora talvez mudasse de casa, sendo portanto esta a interpretação que entende justa. Isto quer dizer que, estando as pessoas de boa fé, é também necessário que o governo esteja de boa fé neste processo, procedendo em conformidade. Mas será que o Governo está de boa fé? então porque é que das treze fichas locais com avaliação de aptidão que foram distribuídas pelos membros deste órgão, porque é que em apenas um caso, a sul, esse local tem volumetria disponível baixa; quer dizer os outros doze locais: dois têm volumetria disponível média e dez volumetria disponível alta; quer dizer têm ou não razão as pessoas que afirmam que o critério determinante na pré selecção dos locais foi apenas a existência de buracos? porque só assim se compreende que dos treze locais escolhidos só um tem volumetria disponível baixa, isto é, pode haver locais com um conjunto de condições muito superiores à realização dos aterros que nem sequer foram considerados porque não havia buracos nesse local, ou seja, para poupar uma dezena de milhares de contos na construção de um aterro a partir do zero, aproveitam-se buracos que já existem condicionando à partida os locais a escolher a partir desse critério.

Prosseguindo, considerou que foi extremamente útil a vinda dos técnicos a esta Assembleia, porque permitiu clarificar algumas dúvidas que já tinha a respeito da proposta do Cardal e que não se prendiam com aquela

posição de princípio que enunciou no início da intervenção, mas com o porquê da justeza da escolha do local. Também as intervenções que foram produzidas de início principalmente pelo sr. Prof. Antunes Pereira, levaram-o ao reforço das dúvidas que já tinha e à conclusão que de facto o Cardal é tudo menos o local apropriado para este tipo de construção. Está visto que o maior risco é o da rotura da impermeabilização do aterro e conseqüentemente a passagem das escorrências para o subsolo contaminando os lençóis freáticos e esse risco é admitido no próprio estudo que nos foi distribuído como um risco real para o Cardal. Por isso à partida esta deveria ser uma condição que devia afastar a hipótese de considerar este local para o aterro.

Finalmente salientou que quando falava em boa fé no início da sua intervenção, referia-se à carta que foi enviada pela Direcção-Geral do Ambiente e que no ponto dois fala da hidrogeologia do local e refere que no caso de contaminação dos lençóis freáticos o Vale das Maias nunca seria atingido.

É evidente que, sendo a captação do Vale das Maias uma captação de superfície, não se enquadra a mesma neste capítulo da hidrogeologia, considerando portanto que misturar os aspectos hidrogeológicos com a captação do Vale das Maias que não é desse forum, é, já de si, um sinal de má fé por parte da resposta que foi enviada pelo Ministério do Ambiente.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Manuel Arede, manifestou as preocupações da população circunvizinha ao Cardal, concretamente no que respeita à possível contaminação dos lençóis freáticos que abastecem de água os lugares de Nariz, Verba, Salgueiro, Palhaça etc.. Por outro lado, disse também que está prevista uma deslocação a Lisboa de mil e duzentas pessoas residentes naquela zona para se manifestaem junto do Governo Central, o que atesta bem do descontentamento das populações.

Seguidamente no uso da palavra a Vogal Virgínia Veiga, começou por chamar atenção para palavras anteriores do Prof. Antunes Pereira, ao qual, disse relevar a serenidade e a patente honestidade de ter revelado com franqueza que todas estas unidades de tratamento têm obviamente riscos. Citando palavras do referido técnico transmitidas em directo pela Rádio, num debate em Vagos sobre a hipótese de aterro do Cardal, cujo teor se transcreve: - " Se debaixo do aterro existe um aquífero que é explorado, um aquífero que está em contacto com poços e eventualmente com águas superficiais, o próprio estudo de impacte ambiental dirá imediatamente que não é recomendável um aterro nessas condições."

Referiu ter tido a preocupação de falar com um outro técnico da Universidade de Aveiro, concretamente com o Prof. Marques da Silva, o qual tem uma tese de doutoramento feita sobre estudos de solos na zona do Cardal, tendo este técnico dado a entender que os estudos feitos até à data não são suficientes para caracterizar a área do Cardal como local para aterro do ponto de vista técnico.

Significa isto, que os deputados municipais de Aveiro, não têm para já possibilidade de ter uma visão completa da matéria, sendo também de algum modo em sua opinião, um pouco precoce a discussão do impacte do aterro no Cardal.

No entanto sobre o impacto ambiental para o concelho de Aveiro, manifestou ao Executivo Municipal algumas preocupações relativas aos resíduos tóxicos perigosos e alguns de alta perigosidade existentes no nosso concelho, porque disse parecer-lhe que se corre um sério risco de se discutir esta questão de um ponto de vista específico e esquecer-se a base dela própria ou seja, a razão pela qual estamos aqui, a nossa vontade de que de facto Portugal não esteja tão poluído e sobretudo na parte que nos importa, o nosso concelho não continue nas condições a que chegou.

Prosseguindo, lembrou que na penúltima reunião de Câmara foi mencionada uma crónica sua lida na Rádio, na qual se falava no caso específico dos resíduos da FUNFRAP.

Disse que a referida empresa instalada no concelho de Aveiro desde 85, produziu já neste concelho cerca de 170 milhões de quilos de resíduos, a maior parte dos quais tem média ou mesmo alta perigosidade, sendo uma grande parte deles, cerca de quatro toneladas/dia, resíduos só tratáveis mediante incineração.

Disse também que a própria FUNFRAP trata diariamente toneladas de resíduos por incineração, querendo saber por isso se tem havido por parte da Câmara algum controle dos filtros das chaminés daquela empresa.

Voltando à questão que foi colocada em reunião de Câmara, referiu que na altura foi acusada de ter cometido algumas imprecisões nas referências que fez nessa crónica.

Esclareceu que nessa crónica disse o mesmo que disse neste órgão, isto é, que há resíduos da FUNFRAP a serem despejados no centro da povoação de Azurva, num aterro.

Referiu seguidamente que as imprecisões de que é acusada são as seguintes: em vez de um aterro existem três. Efectivamente naquele local existem três lixeiras onde ao longo destes anos foram sendo depositadas toneladas de resíduos que a própria junta de Freguesia previa há anos atrás com um número superior a oitenta mil toneladas de resíduos tóxicos, alguns dos quais de altíssima perigosidade e só tratáveis por meio de incineração, contendo fenol. Em recente contacto que manteve com a população de Azurva, foi-lhe dito que esses resíduos estão a ser levados porque têm sido utilizados para aterro na construção do I.P.5, salientou no entanto que não sabe até que ponto é que isto possa corresponder à verdade. Porém, referiu que é disto que as populações estão convencidas no pressuposto também de que não tinham a perigosidade que hoje sabe que têm.

Alertou ainda para o facto desses resíduos atravessarem dez quilómetros do concelho urbano diariamente, transportados em camiões sem as mais pequenas condições de segurança.

Ainda relativamente às imprecisões, esclareceu que a Câmara não tinha apenas conhecimento, mais, anuiu, contratou e recebeu o dinheiro por isso mesmo.

A Câmara disse que o que está a ser levado para Azurva não são resíduos contendo fenol. Chamou atenção porém de que há um ano que não vai para lá nada, no entanto a Fundação de Cacia produz diariamente dezasseis toneladas de lixo, quatro delas com altíssima perigosidade e não indo para Azurva, quis saber para onde é que estão a ir.

Disse também que a própria FUNFRAP só por incineração é que poderá tratar parte dos seus resíduos, a outra parte tem que necessariamente ser tratada em aterros controlados.

A propósito, lembrou que a Holanda tem vinte e oito incineradoras, os Estados Unidos têm mil e quatrocentas e a Alemanha tem cinquenta e três, Portugal não tem nenhuma, querendo por isso saber como é que se incineram os resíduos da FUNFRAP e ainda porque é que a Câmara deixou tapar com uma camada de terra os resíduos que lá estão sem que os tirasse dali, ou sem que se perguntasse por exemplo aos técnicos no caso de ser feito um aterro em Portugal, poderão ir para lá essas lamas que estão depositadas e que contêm resíduos altamente tóxicos.

A finalizar chamou atenção para o facto do fenol ser um resíduo altamente perigoso e altamente contaminador dos lençóis freáticos, correndo um, bem perto, que vai ter ao Rio Novo do Príncipe.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Diogo Machado, perguntou se o sistema de tratamento de resíduos tóxicos por incineração é o que de mais moderno se faz nesta matéria; quis saber também se o sistema de tratamento dos resíduos através de pirólise de plasma, rentabiliza os resíduos sobre a forma de um aproveitamento desses mesmos resíduos para a produção de energia.

Continuando no uso da palavra, salientou que não foi seguido um critério que reputa de grande importância e que é a consulta às populações após um esclarecimento eficiente das mesmas sobre as consequências de um aterro sanitário no lugar do Cardal ou de uma Estação Incineradora, em Estarreja.

Perguntou seguidamente ao Sr. Eng^o Marques Ré, se considera que o documento proveniente do Ministério do Ambiente e distribuído a todos os membros da Assembleia se tem algum valor, já que, para este Vogal tal documento não tem valor absolutamente nenhum, pois considera-o tendencioso e não alerta para os reais perigos de um aterro de resíduos industriais tóxicos, bem como para os reais perigos de uma Estação Incineradora.

Relativamente à produção de resíduos industriais, chamou atenção para o facto do distrito de Aveiro produzir apenas 4% dos resíduos tóxicos industriais, nacionais e o distrito de Setubal produzir por exemplo 56%.

Prosseguindo, referiu que a carta enviada pela Presidente da Assembleia Municipal de Vagos ao Ministério do Ambiente, é elucidativa e suficientemente esclarecedora do que deve ser um estudo de impacto ambiental com vista à instalação de um aterro sanitário, focando pontos como a alteração à circulação local e acessos ao local do aterro, a capacidade final e duração da deposição, a origem dos resíduos, a descrição pormenorizada das condições ambientais, do local e das zonas circunvizinhas etc., considerando portanto que o documento se apoia em critérios válidos e correctos. Acrescentou que o mesmo foca ainda pontos como o uso agrícola dos solos, a vegetação e os estudos botânicos da área envolvente, a vida selvagem, sistema de vias para transportar os resíduos, o nível de trânsito local, o número de acidentes rodoviários etc..

Faz também uma descrição total de todos os efeitos adversos dos resíduos industriais a serem depositados; efeitos no ar, na água, no terreno, nos animais e no homem, no caso dos resíduos não virem a ser depositados e mantidos em completa segurança.

A finalizar, referiu que não é com pagamentos de cauções e indemnizações à posteriori que se atenuam efeitos graves na saúde pública, os quais disse esperar não virem acontecer, mas que, se não forem tomadas as precauções necessárias poderão efectivamente acontecer.

Disse ainda que o documento da A.M. Vagos não põe de parte a localização do aterro no local do Cardal se todas as condições mencionadas forem verificadas, salientando também que pela sua parte nada tem a opôr ao aterro no Cardal se o estudo que vier a ser elaborado pelo Ministério do Ambiente sobre a instalação do aterro naquele local e da Estação Incineradora, também no distrito de Aveiro, responder a todas estas questões que o documento levanta.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Raul Martins, começou por dizer que estava convencido que um aterro sanitário era uma coisa má. Contudo, depois de ouvir, ver e ler a propaganda da nossa Ministra do Ambiente e as opiniões de alguns reputados técnicos, ficou convencido que é uma coisa boa. E tão convencido ficou que um aterro ou uma incineradora são coisas boas que segundo este Vogal, muito lhe vai custar separar tão importantes e seguros frutos do progresso. Mas como os nossos governantes merecem o melhor e muito embora com a tristeza de quem se separa de um ente querido, propôs que se corte com egoísmos atávicos e se ceda aos nossos queridos governantes os equipamentos previstos para a nossa região.

Assim, imaginem o chique que será por exemplo a Quinta da Marinha, propôr a venda de "maisons" com vista para o aterro ou as vantagens que a publicidade dos efeitos terapêuticos das emanações gasosas de uma qualquer incineradora ou aterro podem trazer. Está-se já a ver as parangonas nos jornais! Sofre de alguma doença? venha para junto de nós que o nosso aterro trata-lhe da saúde!

Mas se a vinda do aterro para a nossa região é uma coisa que o embebece e contraria todos aqueles que dizem que os nossos governantes nunca pensam em nós, disse que gostaria de lembrar com carinho aqueles que criaram as condições para hoje podermos ser presenteados com um aterro. Uma vez que o critério de escolha está relacionado com a existência de

buracos, disse que gostaria em nome de todos agradecer aos nossos queridos autarcas que permitiram que a nossa região prefigure hoje um cenário de uma guerra nuclear, em manifesto desrespeito pela lei e em favor de alguns exploradores de subsolo menos escrupulosos que, por incrível que pareça a vinda do aterro viria mais uma vez premiar. Se estamos em risco de ser brindados com um aterro sanitário, agradeçamos não só aos nossos queridos governantes, mas agradeçamos também aos nossos queridos autarcas que propiciaram as condições para que aqueles possam cometer este crime sobre todos nós, disse a terminar.

Seguidamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, começou por referir que a Câmara Municipal tem acompanhado dentro do que é possível, todo o processo que vem sendo desenvolvido à volta do referido aterro. Informou que a Câmara de Aveiro tem também participado em reuniões sobre a matéria com outras Câmaras Municipais vizinhas, nomeadamente com Vagos, reuniões essas que visaram o afastamento da ideia da localização do aterro no zona do Cardal.

Referiu que as questões que se levantaram aqui por parte dos membros deste órgão, são aquelas que se levantaram também aos autarcas. Segundo o Presidente da Câmara, pretendeu-se aqui fazer uma acusação aos autarcas da Câmara de Aveiro como se tivessem de facto culpa das cerâmicas existentes no concelho há séculos, abrirem buracos para extrair a matéria prima. Salientou que não foram os autarcas de agora que autorizaram as explorações, lembrando que mesmo no passado essas explorações foram sempre da competência dos Serviços Centrais e somente agora está-se de facto a estudar a transferência dessas competências para as Câmaras Municipais.

Prosseguindo, salientou que daquilo que aqui ouviu e daquilo que a Câmara tem sentido é de que resultam grandes prejuízos para a região.

Considerou que todo este processo tem sido mal conduzido, já que, primeiro deveriam ter sido feitos estudos de impacto ambiental e então as coisas teriam sido entendidas de outra forma com base nesses estudos. Neste momento parece-lhe difícil a aceitação da colocação de um aterro no Cardal.

Por aquilo que aqui foi exposto pode haver prejuízo em relação à captação das águas, dado que existe um aquífero relativamente perto, há também riscos de contaminação dos lençóis freáticos, atendendo à fragilidade do solo, podendo a qualquer momento dar-se uma ruptura e as escorrências do aterro penetrarem nas camadas freáticas.

Relativamente à questão levantada pela Vogal Virgínia Veiga, informou que aquilo que é depositado no aterro de Azurva são areias inócuas ou seja areias que passaram por um tratamento prévio feito pela própria FUNFRAP e foi esta a forma como a Câmara conseguiu encontrar solução para o problema.

Voltando à questão do aterro do Cardal e fazendo referência ao princípio do poluidor pagador disse não compreender porque é que cai em Aveiro um aterro deste género, quando o distrito de Setúbal é produtor de 56% de resíduos industriais perigosos, a região de Lisboa mais ou menos 20%, Porto e Braga com 17%, produzindo Aveiro apenas 4% desses resíduos industriais tóxicos.

A finalizar, referiu que a posição da Câmara de Aveiro, é a de um não à colocação do dito aterro no Cardal. Todavia salientou que o bom senso recomenda que se aguardem os estudos do impacto ambiental para melhor se ajuizar sobre a matéria.

Novamente no uso da palavra e referindo-se aos resíduos da FUNFRAP, a Vogal Virgínia Veiga, disse que tem na sua posse um relatório secreto feito pela própria FUNFRAP e pelos seus próprios serviços, que revela à evidência que aquilo que o Sr. Presidente disse agora, não corresponde à verdade. Esclareceu também que a razão pela qual deixaram de ser depositados os resíduos daquela empresa em Azurva foi o facto do Ministério do Ambiente lá ter ido fazer análises e ter mandado parar com a deposição das lamas.

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Mesa, chamou atenção da Vogal Virgínia Veiga de que o assunto da FUNFRAP, afasta-se um pouco daquilo que estamos agora a tratar.

Seguidamente no uso da palavra o Vereador Vitor Silva, informou que teve oportunidade de ir a quase todos os colóquios onde se dissertou sobre esta matéria e que sobre a mesma tem ainda algumas preocupações, reservando-se no entanto no direito de se manifestar mais concretamente sobre a matéria para depois do estudo de impacto ambiental prometido pela Sra. Ministra do Ambiente, o qual, depois de concluído, será também feito um inquérito à população para se manifestar sobre o problema. Disse também estar convencido de que o próprio estudo elaborado pelo Ministério do Ambiente acabará por encontrar outra solução que não o Cardal e Estarreja.

Relativamente às areias que estão a ser depositadas na lixeira controlada de Azurva, referiu que pelas análises que a Câmara possui e que foram efectuadas na Universidade de Aveiro, tratam-se de areias inócuas. Há quatro toneladas/dia que ficam na FUNFRAP e que são transportadas para a cimenteira CIMPOR, sendo essas as tais que contém fenol, as outras sessenta toneladas/dia, são depositadas na lixeira controlada da Câmara e são areias inócuas de acordo com as análises efectuadas.

Novamente no uso da palavra o Prof. Antunes Pereira, depois de dar explicações de carácter técnico sobre as questões que entretanto foram levantadas, salientou que um dos aspectos mais focados foi a questão da contaminação dos aquíferos e que os estudos que estão a ser feitos caminham no sentido de dar resposta a essas questões, no entanto considerou que é prematuro neste momento tirarem-se conclusões sobre se o Cardal é ou não um local apto para o referido aterro, uma vez que os estudos de impacto ambiental ainda não estão concluídos.

Usando novamente da palavra o representante do Ministério do Ambiente, Engº Marques Ré, começou por dizer que o trabalho já efectuado, obedeceu a uma determinada metodologia que pode ser discutível mesmo ao nível dos critérios, todavia salientou que são os aspectos qualitativos que permitem abordar o problema no seu macro aspecto, para depois se poder partir para aspectos mais específicos, ou seja, a quantificação dos impactos, estando por isso convicto que a metodologia seguida foi a melhor para o caso em apreço.

Referiu que houve boa fé em todo este processo porque à partida houve uma discussão alargada de todas estas questões. O Ministério do Ambiente quis chamar para a discussão todas as entidades envolvidas chamou as autarquias, chamou a comunidade científica, chamou as organizações não governamentais que estão de certo modo a par deste tipo de problemas, daí que possa referir que não existiu má fé neste processo. Salientou que tem que se implementar uma solução, tem que se levar a cabo uma solução composta por um sistema de tratamento conforme está estabelecido e que vai promover o estabelecimento de uma unidade de incineração e de uma unidade de tratamento físico químico e de duas unidades de aterro, uma a norte e outra a sul. A unidade norte permite tratar os resíduos últimos das unidades industriais que se situam a norte do país; a unidade sul corresponde às unidades industriais que se situam a sul do país.

Referiu também que as observações que têm sido feitas no que respeita à poluição são referidas como se as águas lexivantes não fossem tratadas. Esclareceu que efectivamente as águas lexivantes num aterro sanitário são efectivamente tratadas a ponto de poderem ser fornecidas ao meio receptor consoante a sua capacidade auto-depuradora, sem causar problemas nesse mesmo meio. Assim, pode-se partir do princípio que as águas lexivantes deixam de o ser no sentido mau da palavra, para serem águas conforme existem num sistema qualquer e que podem ser proporcionadas ao meio. Dai que do ponto de vista da hidrogeologia, não esteja em concordância total com aquilo que foi referido porque efectivamente não existe esse perigo tão iminente como provavelmente o estudo deixa transparecer.

A finalizar disse que de facto o estudo de impacto ambiental está a ser feito esperando que o mesmo esclareça, para que o Ministério do Ambiente possa tomar posição. Destacou ainda que o Ministério do Ambiente vai tomar em linha de conta as observações que o estudo de impacto ambiental possa referir sobre o sistema nacional de resíduos industriais.

Novamente no uso da palavra o Sr. Eng^o Paulo Domingues, começou por dizer que muitas vezes as pessoas falam destes problemas, como se fossem problemas dos outros, como se fossem problemas para os técnicos resolverem, portanto para os outros resolverem e nunca os consideram como se fossem problemas delas próprias de cada um de nós próprios. Saliu que no Relatório do Clube de Roma, intitulado: "Para Além dos Limites", escrito por cientistas dos mais considerados a nível mundial sobre questões do ambiente, vem lá escrito que não vai ser suficiente os técnicos aplicarem todo o seu conhecimento e toda a sua "arte" para resolverem problemas que têm que ser resolvidos se se quiser garantir um futuro no Planeta que habitamos. Referiu que é necessário o empenhamento pessoal para que os problemas relacionados com o ambiente não se venham a manifestar.

Relativamente a experiências que já possam existir noutros países em relação a questões como aterros sanitários, instalações de incineração etc, citou um documento emitido pela Quercus cujo teor é o seguinte: "concordando a Quercus que a realização dos referidos trabalhos deve ser conduzida por instituições técnico científicas da maior credibilidade e independência, como é o caso das Universidades, consideramos igualmente necessárias as seguintes medidas suplementares e entre essas medidas está a intervenção no âmbito de estudos de impacto ambiental de especialistas internacionais já que se tratam

de projectos onde não há grande experiência nacional, devendo-se assim recorrer à assessoria por parte de consultores estrangeiros com maior experiência na área."

Ainda sobre experiências de outros países, disse que a Quercus tem alguns dados que se referem concretamente a uma pequena cidade da Alemanha, onde existe uma concentração de Centrais de Incineração, não só de resíduos industriais como também de resíduos domésticos. onde se constatou que havia toda uma série de problemas de saúde pública, nomeadamente câncer, asma, alergias etc, verificando-se de facto uma incidência muito superior à média nacional naquele país. Isto vem demonstrar que estas coisas, apesar de todas as soluções do ponto de vista técnico para evitar que haja de facto a libertação de poluentes que possam causar problemas na saúde pública, é muito difícil garantir mesmo em países em que este cuidado é de facto tido, que não haja uma incidência significativa junto das populações. No entanto reconhece que há um risco que tem que se correr, pois segundo este técnico não há outra solução. De facto chegou-se a uma situação em que já não se pode voltar atrás e por isso, necessariamente tem que se correr algum risco. Referiu que é bom recordar que os riscos não são apenas os riscos que decorrem de coisas como aterros sanitários que são coisas que nós vemos e que portanto causam um impacto grande, são também os riscos de toda uma série de coisas que nós não vemos, que estão mais ou menos ocultas e que se calhar se fôssemos a calcular tinham uma probabilidade de risco ainda maior do que estas coisas que aqui nos estão a preocupar, referindo-se por exemplo aos gases de escape dos automóveis e aos efeitos cancerígenos que eles provocam, da alteração global planetária que é o efeito de estufa, já para não falar dos efeitos cancerígenos dos cigarros que são fumados por algumas das pessoas que estão aqui presentes.

Prosseguindo, referiu que uma das máximas da ecologia que a Quercus procura seguir, é pensar globalmente e agir localmente. Neste processo a Quercus pensa que tem havido uma certa tendência para pensar localmente, salientando que se deve resistir a essa tendência e procurar pensar globalmente. Foi dito também que não era realista pensar numa redução de resíduos porque o que estava em causa era o bem estar das populações, evidentemente que eu penso que isto não pode ser pensado desta forma, o bem estar não pode justificar tudo, houve quem considerasse esta ideia de bem estar, de bem estar a todo o custo, como uma escravatura ou seja a escravatura

do bem estar, por isso há que ter princípios que estejam acima do simples bem estar, pois se continuamos a perseguir o bem estar como elemento guia da nossa conduta, encontraremos limites que nunca seremos capazes de ultrapassá-los.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, disse poder concluir das várias intervenções, de que o local do Cardal não é necessariamente o único local para a instalação de um aterro sanitário. Assim para este Vogal coloca-se-lhe a questão de ter havido interesses económicos na escolha do referido local. No entanto, disse esperar que o plano anunciado recentemente pelo governo, faça de algum modo parar o sistema que se pretende implementar no Cardal e ao mesmo tempo haja uma grande discussão pública sobre esta matéria com vista a encontrar-se a melhor solução para o problema.

Entretanto saiu da sala o Vogal Libério da Silva Santos.

Seguiu-se uma longa troca de impressões sobre a matéria em apreço, tendo-se concluído que do debate havido não foi dada nenhuma razão objectiva por parte do representante do Ministério do Ambiente, para que o local escolhido (Cardal), seja o local adequado para o fim em vista.

A finalizar o Sr. Presidente da Mesa, salientou que esta reunião foi extraordinariamente importante; considerou que esta é a maneira correcta de tratar um assunto desta natureza, já que se trata de um problema que preocupa as populações numa sociedade devidamente organizada. Considerou também que foi atingido o objectivo que visava o esclarecimento dos membros deste órgão, através das palavras e das exposições que aqui foram apresentadas pelos vários convidados, como também a Assembleia teve oportunidade de manifestar quer ao representante do Ministério do Ambiente, Departamento de Ambiente da Universidade de Aveiro e representante da Quercus uma determinada sensibilidade, uma determinada perspectiva que os membros desta Assembleia revelaram em relação a este problema, o qual, é importantíssimo e decisivo na vida de todos os residentes desta região.

Por último, agradeceu aos convidados a disponibilidade de terem estado presentes nesta reunião e ao mesmo tempo pediu para que tomem em consideração a sensibilidade que certamente sentiram da parte deste órgão.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Era, 1 Hora e trinta minutos do dia 15.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.



Assinada de João Duarte Costa

